

### Conseguiu-se a quantidade; falta a qualidade

A Índia e a China são já, a par dos Estados Unidos, líderes absolutos no que respeita a número de alunos universitários. Mas a qualidade das universidades e a capacidade do mercado laboral para absorver tantos universitários são questões em aberto.

Conscientes do potencial estratégico da universidade para o crescimento económico, os governos da China e da Índia investiram muito dinheiro para atrair mais jovens às aulas. Tais políticas resultaram: entre a população em idade universitária, a percentagem de estudantes cresceu vertiginosamente em ambos os países na última década. Não obstante, os números da China (a rondar os 30%) e da Índia (abaixo dos 20%) estão longe da média da OCDE, onde a percentagem é de 66%.

Aos milhões de indianos e chineses matriculados em universidades nacionais devemos acrescentar os que estudam no estrangeiro, aspeto em que também lideram os *rankings*: mais de um terço dos alunos universitários estrangeiros a nível mundial provêm destes dois países.

#### Quantidade contra qualidade

Verificou-se na China um salto geracional profundo em matéria de educação. Em 1996, apenas uma em cada 6 pessoas com 17 anos tinha terminado o secundário; hoje a proporção ultrapassa os 60%. Na universidade, o número de diplomados quadruplicou na última década.

Uma vez atingido o objetivo de trazer alunos à universidade, é preciso proporcionar-lhes um ensino de qualidade, e é aí que tanto a estratégia chinesa como a indiana não alcançaram ainda os resultados esperados. Grande parte da culpa reside na dificuldade em encontrar professores bem preparados.

Um dos problemas para recrutar professores são os salários. Uma universidade chinesa ou indiana paga muito menos que as principais empresas do país, sobretudo as tecnológicas. Por

outro lado, muitos dos cérebros mais brilhantes vão estudar para o estrangeiro e não regressam. Nos últimos 30 anos, só um em cada três universitários chineses que emigraram para fazer uma pós-graduação regressou ao país, embora a crise económica do Ocidente e os estímulos do governo chinês tenham desde 2010 feito regressar cada vez mais.

Os professores universitários chineses e indianos estão saturados de alunos, e ainda por cima ganham pouco. Muitos procuram ganhar dinheiro extra com as bolsas que os seus governos oferecem por obras publicadas, olhando mais à quantidade de publicações que à sua qualidade.

O modelo pedagógico seguido na maioria das universidades chinesas, centrado na memorização, tornou-se obsoleto. Além disso, ter cartão do Partido Comunista continua a ser muito importante para aceder a determinados cargos. Por outro lado, os alunos especializam-se muito cedo, no secundário, e os currículos universitários são pouco flexíveis, o que torna os licenciados pouco versáteis.

Na Índia, um dos mais importantes problemas é a escassa proporção de alunos que se decidem por estudos de formação profissional ao terminar o secundário. O *boom* das universidades (multiplicaram-se por 2,5 desde 2000) e o crescimento económico provocaram uma febre por diplomas universitários. As aulas estão massificadas, ao mesmo tempo que faltam trabalhadores com habilitações não universitárias.

#### Negligência ao longo de etapas anteriores

A causa principal da má qualidade de muitas universidades chinesas e indianas reside provavelmente nas etapas anteriores da escolaridade. Os governos esforçaram-se por potenciarem o ensino superior, relegando assim o primário e o secundário para segundo plano, também quanto a investimentos. Na China, o custo de um estudante universitário (4.550 dólares) é um dos mais baixos em termos absolutos mas, na proporção do PIB por habitante (76%), é um dos mais elevados: mais que o dos Estados Unidos (64%) e que a média da OCDE (41%). Por seu turno, o investimento por aluno desde o primeiro ano do primário até chegar à

universidade (1.593 dólares), fica abaixo da média da OCDE, seja em termos absolutos, como relativos (19% contra 25%).

Outra demonstração de incúria nas etapas não universitárias na China é o tamanho das turmas: há 37 alunos por turma no ensino primário (OCDE: 20) e 54 no secundário (OCDE: 23), sendo os números mais altos dos países de que há dados. Por outro lado, os estudantes chineses recebem por ano quase mil horas menos de instrução que a média, o que explica que cada vez mais recorram a academias particulares.

Mesmo assim, a China pode-se gabar de ter escolarizados 81% dos seus alunos em idade de frequentar o secundário. Na Índia, esta percentagem é de apenas 63%.

### A febre do diploma

O estatuto que o diploma universitário confere aos licenciados chineses e indianos está a levá-los a recusar a formação profissional e os empregos para os quais esta educação os capacita. O resultado é encontrar-se o mercado laboral sobrecarregado de gente com diplomas universitários, ao passo que faltam braços para empregos que requerem menos habilitações, mas que, neste momento, oferecem salários mais altos (cfr. "The New York Times", 24.1.2013).

O abandono da formação profissional é particularmente sentido na Índia, em parte devido à fraca qualidade dos cursos. A China, por seu turno, conta tradicionalmente com uma das percentagens mais elevadas de estudantes em programas técnicos, mas sofre de momento da "febre do diploma do ensino superior".

Na Índia, o furor pelas engenharias provocou na última década a abertura de muitas faculdades, que todos os anos lançam no mercado 800.000 diplomados. No entanto, a qualidade média dos programas é medíocre, o que dificulta a transição para o mundo laboral e emperra o desenvolvimento da indústria nacional.

Outro problema para a indústria do país é a falta de investigadores. São muito poucos os alunos universitários que fazem o doutoramento. A falta de investigação conduz à falta de inovação, o que limita a economia indiana em setores estratégicos, obrigando-a a depender de tecnologias importadas. Semelhante é a situação na China: os cursos de pós-graduação das universidades estatais continuam a atrair poucos alunos. Os melhores vão para universidades norte-americanas.

F. R.- B.

(com autorização de [www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))

## As outras potências emergentes

Brasil, Rússia e México completam, com Índia e China, o bloco dos países emergentes mais capazes de mudar o cenário económico global, dado o seu enorme potencial demográfico. Estes governos perceberam a vital importância do sistema universitário para o desenvolvimento, dedicando muito dinheiro a financiá-lo. Por outro lado, partilham com a Índia e a China alguns dos problemas de qualidade do sistema educativo.

### Rússia: existem problemas de professorado

A população russa é uma das mais educadas do mundo, pelo menos quanto a títulos. Nove em cada dez jovens de 25 a 34 anos tem um título pós-secundário, e 54% terminaram um curso universitário ou equivalente (a média da OCDE é de 38%). Muitos dos que terminam o ensino secundário optam por programas técnicos ou profissionais.

É semelhante à China em dois indicadores: a desproporção entre o investido na universidade e o gasto nas etapas anteriores do ensino, sendo que a pouca qualidade do ensino obrigatório pode dever-se, também ao baixo número de horas letivas (embora seja de recordar que a Finlândia, o melhor país da Europa nas provas PISA, tem um dos anos letivos mais curtos).

Seja pelo que for, os resultados dos alunos russos, no relatório PISA 2009, ficaram muito abaixo da média da OCDE nas três provas: leitura (lugar 44 em 66), matemática (39) e ciências (40). No continente europeu, só Sérvia, Roménia, Bulgária, Montenegro e Albânia obtiveram piores resultados.

Alguns dos principais problemas do ensino superior russo (além do descuido com as etapas anteriores de ensino) têm a ver com os professores. Os baixos salários não conseguem atrair os melhores candidatos. Por outro lado, o igualitarismo que impera na carreira docente não fomenta a inovação pedagógica.

O desconhecimento do inglês por uma larga parte do professorado é outra barreira para a investigação. Para romper esta falta de incentivos, algumas das instituições educativas mais importantes do país implementaram certas medidas. O Instituto Nacional de Relações Internacionais de Moscovo, a escola mais prestigiosa do país, elabora, desde 2007, um *ranking* dos seus professores segundo a quantidade e qualidade das suas publicações, conferências ou resultados académicos. Na Higher School of Economics, estes resultados estão refletidos, inclusivamente, no salário.

Apesar dos seus defeitos, as universidades russas são as que mais estão a crescer na capacidade para atrair alunos estrangeiros: 4% já as escolhe como destino, a percentagem mais elevada de todos os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e a sétima do mundo.

## **Brasil: universidades privadas para os desfavorecidos**

O ensino universitário no Brasil partilha alguns defeitos de crescimento com o de outros BRICS.

Historicamente, o grande fardo da universidade no Brasil foi a pobre qualidade do ensino primário e do secundário. No entanto, nos últimos anos, o investimento público centrou a sua atenção nestas etapas do ensino, ao contrário do que se passou na Índia, na Rússia ou na China. De 2000 a 2005, o gasto com os estudantes não universitários cresceu 150%, enquanto que, o dos universitários, pouco mudou.

A taxa de escolarização aos 6 anos (92%), já se encontra próxima da média. Isto traduz uma conquista dos últimos anos: em 2005, a percentagem mal ultrapassava os 80%. Também aumentou a percentagem dos que continuam a estudar depois do ensino obrigatório. Aqueles que chegam à universidade continuam a ser poucos, 12% dos jovens de 25 a 34 anos, mas a ascensão das universidades privadas está, cada vez mais, a abrir as salas de aula à classe média.

Um artigo na “The Economist” explica como a universidade está a deixar de ser um condomínio fechado privado para uma elite social. Até há pouco tempo, a maior parte dos alunos que iam para as universidades públicas (as mais prestigiosas) provinham na sua maioria da classe social mais alta, haviam estudado em escolas privadas e iam ocupar depois os postos de trabalho melhor remunerados. Como no Brasil o título universitário criava uma enorme diferença salarial, a geração seguinte de ricos voltava a tirar vantagem, enquanto que, aos restantes, lhes era difícil aceder à universidade.

Contrariamente ao que sucede noutros países, é a ascensão das universidades privadas o que está a romper com a segregação socioeconómica no ensino superior brasileiro. Embora as públicas continuem a ser melhores, o título de algumas privadas já leva a duplicar o salário. A vantagem não é tão grande como a que dá um título de uma universidade pública, mas é importante para aumentar a mobilidade social.

Para fomentá-la, as autoridades estão a oferecer benefícios fiscais aos centros privados que reservem 10% dos seus lugares para alunos especialmente desfavorecidos pelo seu meio socioeconómico. Contudo, como os melhores cursos de engenharia e ciências continuam a estar nas universidades públicas, a presidente Dilma Rousseff assinou, em agosto passado, uma lei que as obriga a reservar metade das suas vagas a estudantes de escolas públicas. Além disso, estabelece uma quota para as minorias raciais, de acordo com a sua representação no censo do distrito onde se encontra a universidade.

## **México: Muitos jovens estão a abandonar**

Tal como nos BRICS, o grande problema do ensino superior no México são as etapas anteriores de ensino. As pessoas de 25 a 34 anos com ensino pós-obrigatório são 82%, em média, na OCDE, enquanto no México a taxa se fica pelos 44%, quase 10 pontos abaixo do Brasil, país com pior qualidade de ensino (segundo os resultados PISA), mas que está a conseguir reter mais jovens nos estudos.

Dos que vão além do ensino secundário, uma percentagem relativamente elevada (superior à média da OCDE) alcança um nível de estudos pós-secundário, fundamentalmente cursos universitários, visto que os estudos profissionais e técnicos não são muito populares no país.

Todavia, somente 54% da população de 15 a 19 anos está matriculada em qualquer tipo de ensino. O México é um dos países da OCDE com maior percentagem de “ninis”, jovens que nem estudam nem trabalham: quase um em cada cinco, com uma incidência três vezes maior nas mulheres do que nos homens. Muitas jovens abandonam o ensino para formar uma família em idade precoce. Os esforços de sucessivos governos não conseguiram fazer baixar, de modo significativo, a taxa de mulheres “ninis”: 42,6% em 1998; 37,2% em 2010. Não obstante, pior se passou com os homens, verificando-se que a percentagem de “ninis” quase duplicou de 2001 para 2010 (de 6% para 11%).

Um dos “problemas” para o sistema educativo mexicano é que o mercado laboral absorve, praticamente, todos os que queiram trabalhar, seja qual for a sua qualificação. De facto, a taxa de desemprego é maior para os que conseguiram um título superior (5%), do que para os que se ficaram pelo secundário (4%). Os salários, isso sim, são bastante mais elevados para o primeiro grupo. Contudo, a tentação de abandonar o ensino é muito forte.

O governo aprovou, nos últimos anos, dois decretos que transformam em obrigatório o ensino pré-escolar (2009) e o ensino médio.

F.R.-B.